

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

Los “Nudos” de la Educación Popular: consideraciones desde la psicología existencialista y la decolonialidad

Janine Moreira
Carlos Renato Carola
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Criciúma-Brasil
Rodrigo Diaz de Vivar y Soler
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Blumenau-Brasil

Resumo

Pensar os “nós” da educação popular, no sentido de desatar amarras e, também, de atar laços numa coletividade, é o que pretende este texto. Esses nós são apresentados a partir das possibilidades de convergência entre a educação popular e a psicologia existencialista, passando pela crítica decolonial da modernidade. A seguir, é apresentada a experiência de um projeto de extensão em biblioterapia, tratada a partir da visão existencialista e da roda dialógica da educação popular, com três grupos considerados às margens da sociedade moderna: idosos institucionalizados, usuários do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas – o CAPSad, e estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola pública, alunos de uma turma considerada a pior do colégio, sendo essa última uma atividade de estágio curricular em psicologia educacional.

Palavras-chave: Educação Popular; Psicologia Existencialista; Decolonialidade.

Resumen

Pensar en los “nudos” de la educación popular, en el sentido de desatar lazos, y también de atar lazos en un colectivo, es lo que pretende este texto. Estos nudos se presentan a partir de las posibilidades de convergencia entre la educación popular y la psicología existencialista, pasando por la crítica decolonial de la modernidad. Posteriormente, se presenta la experiencia de un proyecto de extensión en biblioterapia, tratada desde la visión existencialista y el círculo dialógico de la educación popular, con tres grupos considerados marginales de la sociedad moderna: adultos mayores institucionalizados, usuarios del Centro de Atención Psicossocial para Alcohol y otras Drogas – CAPSad, y estudiantes de primer año de secundaria de un colegio público, alumnos de un grupo considerado el peor del colegio, siendo esta última una actividad de pasantía curricular en psicología educativa.

Palabras clave: Educación Popular; Psicología Existencialista; Decolonialidad.

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

Palavras Introdutórias

A educação popular pode ser caracterizada como uma ação de cunho libertador, cujas emergências e proveniências remontam às primeiras experiências voltadas para uma pedagogia libertadora no Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XX. Na década de 1960, o movimento popular se constituiu como movimento político e educativo consubstanciado no paradigma de uma Educação Popular que forjou um dos movimentos decoloniais mais importante da América Latina: a pedagogia libertadora (Paulo, 2023).

Ainda durante esse período é que começam a proliferar as reflexões em torno das experiências acerca da educação popular na América Latina. Essa síntese acaba por fomentar as aproximações entre a educação e a realidade dos saberes e fazeres provenientes dos países colonizados pela Europa e mergulhados na atmosfera das ditaduras militares, em muitos casos apoiadas por setores civis.

A experiência, não de uma, mas das várias educações populares acabavam por tensionar a necessidade dos povos latino-americanos de procurar promover uma educação que fosse marcada pelo seu compromisso social e pela luta contra as formas de alienação. Em relação aos seus tensionamentos e desafios, a educação popular apresenta-se como ferramenta imprescindível para uma leitura sobre a constituição do sujeito.

Sobretudo a partir do fortalecimento da educação popular, é preciso nos questionarmos: quais seriam atualmente os “nós” da educação popular que poderíamos contextualizar aqui para reflexão? Referimo-nos aos “nós” a ajudar a desatar, mas também a atar, lembrando da metáfora do tecido que precisa dos nós para permanecer coeso, trazida de forma tão bela no coletivo dos Conversatórios¹ que dá base a este texto, indicando o “nós” da coletividade. Optamos por apresentar a dimensão do “popular” em diálogo com a orientação do existencialismo sartreano. É salutar o exercício de fazer aproximações teóricas com perspectivas diversas, passando pelo cuidado de não cair no chamado ecletismo teórico, mas sim sendo coerente com a ideia de que as teorias – os olhos com os quais vemos e entendemos o mundo, portanto, a partir dos quais agimos nele – são processos em construção, não camisas de força, e nós, profissionais, somos construtores/continuadores dessas teorias.

Então, trazemos para essa “roda de conversa” possibilidades de convergência entre a educação popular e a psicologia existencialista, passando pela crítica decolonial da

modernidade, modernidade que é o berço das teorias psicológicas, inclusive do próprio existencialismo. Depois, traremos a experiência de um projeto de extensão em biblioterapia, a terapia a partir de obras literárias, tratada a partir da visão existencialista e da roda dialógica da educação popular. Apontaremos nossas experiências em biblioterapia realizadas com três grupos considerados às margens da sociedade moderna: idosos institucionalizados, usuários do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas – o CAPSad, e estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola pública, alunos de uma turma considerada a pior do colégio. Esta última experiência de biblioterapia ocorreu como uma atividade de estágio curricular em psicologia educacional.

A psicologia existencialista é capaz de nos potencializar um encantamento de algumas “palavras-mágicas” que constituem seus conceitos: liberdade, engajamento, compromisso, historicidade, mundo vivido, consciência crítica, somente para ilustrar alguns exemplos. Na segunda metade da década de 1980, em nosso país, década em que dois dos autores deste texto faziam seus cursos de graduação, em plena abertura política após vinte anos de ditadura, essas eram realmente palavras mágicas, ou conceitos-chave, mesmo para jovens que ainda não entendiam muito bem todo o seu alcance.

O fato é que aconteceu o encantamento. Encantamento reencontrado quando nos deparamos com a pedagogia libertadora. Aquela proposta dialógica falava do reconhecimento da alteridade, da liberdade do outro, do necessário engajamento de nos reconhecermos como sujeitos históricos. À época, não éramos capazes de pensar as aproximações e os distanciamentos entre a pedagogia libertadora e a psicologia existencialista, as quais apenas apareciam como instrumentos para se pensar o mundo e nossa ação nele. E somente depois de muito tempo chegou-nos a possibilidade de enxergar o mundo ao nosso redor, nossas verdades e certezas, a partir da crítica decolonial, e então a educação popular ganhou um sentido ainda mais potente. Entendemos que havia ali uma crítica radical, assim como desde sempre identificamos haver no existencialismo, porém, outro lugar, outra geografia, outra temporalidade.

A radicalidade existencialista sartreana estava na concepção ontológica de liberdade e na compreensão fenomenológica e materialista histórico-dialética da subjetividade, com sua conseqüente crítica às psicologias idealistas (“subjetivistas”, uma vez que desconsideram a objetividade do mundo) e realistas (“objetivistas”, uma vez que desconsideram a

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

subjetividade do mundo), a partir da noção de “fenômeno”, aquilo que aparece para uma consciência, sendo a unidade indissolúvel da objetividade do que aparece e da subjetividade para quem aparece; a radicalidade da perspectiva decolonial fundante da educação popular estava em desuniversalizar as verdades eurocêntricas e mostrar a face oculta da modernidade, a colonialidade, até então vistas como separadas.

O objetivo deste texto é pensar os “nós” da educação popular, no sentido de desatar amarras e, também, de atar laços numa coletividade – tema do *webinário* do qual uma das autoras participou e que é citado na nota 1 deste texto -, a partir das possibilidades de convergência teórica entre a educação popular e a psicologia existencialista, passando pela crítica decolonial, a qual está na base da educação popular. Intuito esse que tem a pretensão de unir forças de duas teorias para a transcendência da colonialidade, na construção de caminhos decoloniais. Após, apresentaremos algumas experiências de educação popular ligadas a um projeto de extensão e de um estágio curricular em psicologia educacional que pensamos poderem ser significadas como experiências de engajamento desde as margens.

Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico com base em obras de educação popular, existencialismo e perspectiva decolonial. Tais fundamentos teóricos, além de serem a base para nossas reflexões sobre os “nós” da educação popular, também embasam nossas reflexões sobre as três experiências que trazemos em biblioterapia, as quais situamos como sendo de educação popular, a partir de um projeto de extensão universitária e de um estágio curricular universitário.

O projeto de extensão intitulado “Entre livros: Biblioterapia” se situou no Programa de Extensão Território Paulo Freire de uma universidade comunitária de Santa Catarina, programa que, como o nome indica, requer que os projetos atuem desde a perspectiva teórico-metodológica da educação problematizadora/libertadora. Participou deste projeto uma das autoras deste texto, estudantes e professores voluntários. A atuação se deu com idosos institucionalizados e com usuários do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas – o CAPSad. A experiência de estágio em Psicologia Educacional ocorreu com a orientanda de uma das autoras deste texto, a qual solicitou à estudante participante do projeto de Biblioterapia que fizesse uma sessão desta com a turma de alunos com a qual atuava em seu estágio, estudantes do 1º ano do Ensino Médio considerada a pior turma de uma escola pública. Assim, dentre exclusões da velhice, de pessoas dependentes

quimicamente e da “pior turma do colégio”, consideramos estas experiências válidas para pensarmos os “nós” da educação popular, a educação desde “as margens”.

Existencialismo e Decolonialidade

A liberdade como condição ontológica do ser humano é o conceito fundamental do existencialismo sartreano, o qual fez emergir a psicologia existencialista. Fundada na fenomenologia e no materialismo histórico-dialético, ela concebe o mundo humano com os dois polos indissolúveis, a objetividade e a subjetividade, e o processo de construção da subjetividade como histórico e dialético. A liberdade consiste na abertura do ser humano para tudo o que está fora dele, para o mundo de relações, obedecendo à intencionalidade da consciência. A consciência é sempre consciência de algo que ela mesma não é, que está fora do indivíduo, situando-o no mundo de relações junto a outros seres. É neste mundo vivido que o ser humano se faz e faz a história da humanidade (Sartre, 1987a; 1987b).

Essa concepção também é aceita por Paulo Freire (2019), entretanto, ele identifica como condição ontológica do ser humano o “ser mais”, a transcendência. E daí estabelece que qualquer tentativa de impedir a realização desse ser mais, dessa condição ontológica, consiste numa opressão. Condição impedida aos oprimidos, mas jamais lhes retirada, uma vez ser sua condição ontológica. Daí a proposta da educação libertadora, um caminho para a libertação da opressão e da descoberta de ser um sujeito histórico, fazedor de história e de si junto aos outros. Por outro lado, a liberdade sartreana, esse nosso indeterminismo, essa nossa abertura, se dá ao nível ontológico, mas nem sempre é vivida ao nível antropológico/sociológico (os grupos sociais nos quais o indivíduo atua, sempre dentro de uma cultura) e psicológico (a forma como o indivíduo internaliza as vivências nos grupos sociais). É tarefa da psicologia existencialista possibilitar à pessoa ver-se como liberdade (Moreira; Rosa, 2014; Schneider, 2011).

Jean-Paul Sartre, já um conhecido intelectual existencialista, escreveu, a pedido do médico psiquiatra Frantz Fanon, o prefácio de seu livro “Os Condenados da Terra”, o qual ficamos conhecendo pela “Pedagogia do Oprimido” (Sartre, 1968). Por uma ironia colonial, tal prefácio do francês ficou mais conhecido e efetivamente lido do que o livro do caribenho de origem africana. Porém, Sartre não se furta de denunciar a violência de seus conterrâneos colonizadores: “Nossas vítimas nos conhecem por suas feridas e seus grilhões; é isto que forma seu testemunho irrefutável. Basta que nos mostrem o que fizemos delas para que

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

conheçamos o que fizemos de nós” (Sartre, 1968, p. 8). Eis a dialética reconhecadora do “outro”, da legitimidade de sua existência, de sua inevitável construção do “mesmo”: esses “nós mesmos”, a partir dos quais fabricamos os “outros”, os “não nós” – seriam os imigrantes, negros, pobres, indígenas, doentes mentais, velhos, quimiodependentes, a pior turma do colégio? – “outros” que Sartre recoloca, dialeticamente, na construção dos “mesmos”, de “nós”. Então o “mesmo” necessita do “outro” para existir? O classificador necessita do classificado para ser? A dialética insiste em suas transgressões em um mundo visto como linear, absoluto e determinado.

Mas é necessária atitude vigilante para o intelectual comprometido com a liberdade:

[...] a menor distração do pensamento é uma cumplicidade criminosa com o colonialismo. Este livro não precisava de prefácio, tanto menos porque não se dirige a nós [Sartre sustenta que Fanon ignorou os europeus e escreveu apenas para seus semelhantes]. Contudo, eu lhe fiz um para levar a dialética até o fim. É necessário que nós, europeus, nos descolonizemos, isto é, extirpemos, por meio de uma operação sangrenta, o colono que há em cada um de nós. Examinemo-nos, se tivermos coragem, e vejamos o que se passa conosco (Sartre, 1968, p. 16 [sic]).

A pedagogia libertadora da Educação Popular pode revitalizar ou desatar os seus “nós”, vislumbrando um “futuro ancestral” (Krenak, 2023), em diálogo intercultural com diversos expoentes do pensamento anticolonial. Além de Fanon, Sartre e tantos/as outros/as, pode-se lembrar também de Aimé Césaire, que enfrentou o colonialismo em seu contexto histórico com a construção epistemológica do conceito de “negritude” e com a arte poética com propósito político e libertário. Nota-se no pensamento subversivo de Césaire ainda algumas reminiscências condicionantes da matriz epistemológica ocidental, modalidade de herança cultural a que todos estamos sujeitos em cada contexto. Entretanto, o poeta martiniquense se utilizou da estratégia do canibalismo cultural para subverter o discurso do colonizador. Em sua visão do processo de alienação constituído pelo colonialismo europeu, percebe-se a influência de Marx e Hegel, tanto quanto um manejo inventivo e criativo para explicar a condição da relação entre o colonizador branco e o colonizado negro, como elucida Marta Fernández (2021, p. 38-39):

Influenciado por Marx e Hegel, Césaire acreditava que o passo prévio à ação, à movimentação anticolonial, era a desalienação e o reconhecimento da

diferença. Para tanto, fazia-se necessário desensinar a linguagem do colonizador, que havia instilado sobre milhares de colonizados: o medo, o complexo de inferioridade, o desespero e a bajulação vis-à-vis seus pretensos superiores. A condição prévia para todo despertar político-cultural deveria começar, portanto, com a explosão de uma identidade largo tempo contrariada, por vezes negada e, finalmente, liberada (CÉSAIRE, 2006). A liberação da identidade correspondia ao momento de desalienação, quando seria revelada a farsa, o caráter nada objetivo, da identidade pejorativa atribuída ao negro pelo branco. A emancipação só se tornaria possível uma vez que se desvelasse a natureza artificial e opressora das estruturas epistemológicas do colonizador, as quais, conforme sabemos por Marx, limitam a capacidade do dominado de intervir na realidade a fim de modificá-la. Somente quando o negro deixasse de ser ver como uma “coisa” e adquirisse consciência dos processos de “coisificação” (Césaire, 2000) e de desumanização levados a cabo pelo colonizador é que ele poderia se empoderar como sujeito político, deixando de ser um mero “instrumento de produção” à mercê do capitalismo.

Esse movimento de “desalienação”, lembra Fernández (2021, p. 38), foi interpretado por Sartre “como um processo de completo desnudamento ou de destruição da verdade de outros, antes que os negros revolucionários fossem capazes de construir suas próprias verdades”. A estratégia poética e política de Césaire tinha uma dupla finalidade: ensinar o sujeito a se libertar da imagem projetada pelo colonizador e assumir a identidade negra como uma identidade de afirmação positiva de si, de sua história, de sua cultura e de sua ancestralidade.

Césaire também ensaiou sua poética libertadora no palco do teatro. Sua leitura e adaptação da obra shakespeariana “A tempestade” ainda contém o potencial para desvendar os nós do colonialismo mais contemporâneo. Césaire toma os personagens Próspero e Caliban e os coloca nos papéis de colonizador (homem branco) e colonizado (negro escravizado). Próspero é representado como o sujeito de poder que possui a habilidade e autoridade de “produzir um discurso que assume um *status* de verdade”; e Caliban é o ser cuja identidade é imposta por Próspero (o colonizador), o sujeito que tem sua história e identidade negada, e dialeticamente desenvolve sua resistência reivindicando sua identidade e sua liberdade. Na representação subversiva de Césaire, Caliban aprende os segredos do colonizador e os usa para recusar as ordens de Próspero, evocando um discurso que o caracteriza como um usurpador, um traidor “e, sobretudo, como um mentiroso” (Fernández, 2021, p. 39).

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

Gustavo Alvarenga Oliveira Santos (2017) propõe a aproximação entre as psicologias de base fenomenológico-existencial e o pensamento decolonial. Dialogando com pensadores da perspectiva decolonial, ele sustenta que a psicologia latino-americana necessita voltar-se para seus próprios problemas e suas próprias necessidades – seu mundo vivido –, o que implica em construir uma visão de ser humano da nossa realidade, e não do ideal humano vindo da ciência racional iluminista europeia. Isso implica admitir que a ontologia do ser humano que vive ainda a condição de colonialidade não é a mesma ontologia do ser humano dos países imperialistas.

Essa psicologia se tornaria “[...] mais próxima ao mundo vivido da gente comum do nosso continente” (Santos, 2017, p. 96). Aproximação ao mundo vivido que é a proposta original da fenomenologia, que fundamentou as psicologias humanistas, também chamadas existenciais, das quais a psicologia existencialista se aproxima. Porque, segundo o autor, ainda falta à psicologia de tradição fenomenológico-existencial dialogar com a experiência latino-americana no que ela tem de excludente e ancestral. Essa aproximação possibilitaria à psicologia se aproximar do mundo vivido deste ser humano que é distinto do ser humano europeu/estadunidense, ouvi-lo, abrir-se para ele sem modelos estabelecidos em uma ciência construída em outro lugar. E não se trata de negar essa ciência, apenas de colocá-la em contato com ciências construídas em outros contextos, o que ajudaria o psicólogo a rever seu papel junto às camadas excluídas da população, seu papel nas políticas públicas, podemos dizer: seu engajamento.

Essa perspectiva nos mobiliza para a construção de uma ciência aberta, não se limitando mais ao enredo do mundo colonial, e do popular como contraponto à hegemonia colonial. Entretanto, o que é popular? O educador popular brasileiro José Francisco de Melo Neto (2002) faz essa pergunta, e conclui, a partir de dados de uma pesquisa com movimentos sociais, que algo pode ser considerado popular se apresentar os seguintes elementos: a origem nas maiorias ou no povo ou a ele direcionado; o político como elemento de promoção de hegemonia desses setores sociais; o metodológico no sentido de animação do exercício para a cidadania crítica e geradora de ação; o ético expresso por princípios de solidariedade, tolerância e justiça; e o utópico traduzido pela busca incessante de alternativas de vida e de felicidade.

Assim, o popular da educação popular vai ao encontro do outro, desse outro colocado às margens do sistema produtivo capitalista moderno – margens necessárias para que o sistema funcione –, desse outro invisibilizado em suas lutas, seus saberes, suas significações, sua dignidade. Esse outro colocado na exterioridade do sistema e do qual a educação popular busca o rosto, porque atrás de todo outro existe alguém, que tem um rosto, uma voz, um olhar, uma história singular e coletiva, como nos diz o argentino Enrique Dussel: “[...] de repente, de maneira inesperada, surge *alguém*, outro ser humano, outra biografia, outro mundo, outro tempo, outra história. Não se pode *com-preender* o mundo do Outro como se *interpretam* as coisas, os entes. Se o *Outro/a* não se *revela*, nada se pode saber dele/a” (Dussel, 2016, p. 119, grifos do autor, tradução nossa). A busca desse outro que se concretiza na própria concretização da utopia, que, como nos ensina Freire (2008), não é algo inatingível, mas o movimento perene de denúncia de uma situação opressora e do anúncio de sua superação, num movimento dialético ininterrupto, que nos exige vigilância perene. E como diria Sartre, de engajamento.

Tendo como eixo o questionamento da alteridade, o argentino Carlos Skliar (2003) faz a pergunta incômoda: “E se o outro não estivesse aí?”. Quais outros gostaríamos de eliminar do mundo para que continuemos vivendo na ilusão de que somos por nós mesmos? Para que possamos continuar vivendo na ilusão classificatória do outro, dando, nós, identidade a eles, como se eles reconhecessem em nós a legitimidade de deixá-los ser? Mais do que nunca, é preciso denunciar o fato de que, para a razão colonial não existe alteridade possível. Essa crítica radical aos nossos saberes científicos não é outra que uma crítica radical à nossa própria subjetividade, singular e coletiva, forjada na modernidade/colonialidade. A colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2000). E nos vemos diante da necessidade de enxergar outra imagem no nosso espelho invertido, como diz o peruano Aníbal Quijano (2000), espelho eurocêntrico que apenas nos devolve a imagem de uma parte do que somos, escondendo, a nós latino-americanos, que também somos “o outro” do “mesmo”.

Quem são os outros (os oprimidos?) da atualidade? Na dialética opressor-oprimido, que lugares ocupamos nos nossos diferentes perfis e nas diferentes situações vividas? Nesses nossos Conversatórios (*webnários*), pudemos, de diferentes maneiras, refletir sobre nosso tempo, a chamada modernidade. Alguns falam de pós-modernidade, e temos visto que seu projeto se atualiza, se modifica para poder permanecer, o projeto da grande maquinaria do

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

sistema capitalista de produção, lógica produtora da formação das exterioridades em que encontraremos o outro, o que está às margens, o outro da produtividade, atualizada com novas tecnologias, que chegam à escola, à nossa casa, que constituem o que somos. As crescentes rotulações diagnósticas dos mal chamados distúrbios psíquicos estão naturalizadas a ponto de respirarmos aliviados quando o especialista encontra o que nós temos, ou o que nosso filho tem, ou o que nosso aluno tem: ele tem TDAH, ufa (!), não é culpa minha, nem dele, é tão somente uma condição biológica do seu cérebro, facilmente melhorada, nunca curada, com a ingestão de remédios, cada vez mais potentes, por toda a vida. Assim vamos naturalizando TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), autismo, TOD (Transtorno de Oposição Desafiante), depressão, ansiedade, síndrome do pânico, bipolaridade... todas essas “entidades que nos habitam” acabaram fortuitamente chegando em nós, nada podemos fazer e, como diria Sartre, ficamos aliviados, pois julgamos escapar à nossa liberdade. E não situamos essas nomenclaturas na nossa cultura moderna.

As escolas têm sido cenários desse fenômeno medicalizador/patologizador produtor de alienação, opressão e de naturalização das desigualdades. Em uma sociedade cada vez mais tecnológica e veloz, o normal tem sido transformar o humano em máquina, o normal tem sido sua desumanização. Discutimos nesses Conversatórios ações educativas realizadas dentro e fora das escolas que intencionam promover a vivência coletiva de desalienação, de apropriação de si junto do outro, de reconhecimento do que se faz, seja em construções de escritas autorais, de trabalhos manuais tecidos no pertencimento, na avaliação como prática investigativa, na expressão do que se sente, se percebe e se pensa. Tudo isto a despeito de qualquer diagnóstico, mas sim no reconhecimento da existência legítima de um ser humano.

Em um tempo e lugar que insiste em nos mecanizar e reificar, mostrarmos nossa diferença com a máquina parece ser uma transgressão. E é de transgressão que fala a educação popular. É também de transgressão que fala o existencialismo engajado na construção de uma sociedade possibilitadora da vivência psicológica da condição ontológica da liberdade. Ou, como nos diz Paulo Freire, da condição ontológica de ser mais, de transcender-se. A sociedade moderna, a despeito de seu convite para o ilimitado, nos situa cada vez mais no limitado da máquina, da tarefa, da exigência de sermos ilimitados para a produtividade. O foco liberal está na capacidade ilimitada do indivíduo poder ser o que quiser;

desde que desenvolva suas potencialidades, ele sempre poderá mais, e esse mais sempre será concretizado num produto, numa meta, numa finalidade. Mas, como nos lembra o indígena brasileiro Ailton Krenak (2020), a vida não é útil! A medicalização/patologização da existência consideramos como um dos “nós” a que a educação popular é chamada a se engajar.

Experiências de Biblioterapia

No rastro da necessidade de parar para poder fruir, deixamo-nos envolver pelas possibilidades da literatura. Ler literatura para nada, “porque sim”, porque é bom, parece ser cada vez mais transgressor. E se “usássemos” essa transgressão para ir ao encontro do outro? Do oprimido? A partir de um projeto de extensão em Biblioterapia, a terapia a partir de obras literárias (Seixas, 2014), a quem uma das autoras deste texto foi convidada a participar por uma acadêmica de Psicologia, também biblioterapeuta, vivemos algumas experiências que identificamos como de educação popular. Literatura como fruição. Outra linguagem. Parar. Sentir. Refletir. Compartilhar. E então fomos, Camila Citadin Milaneze (a estudante de Psicologia e biblioterapeuta), Cauê Cristiano Cardoso (historiador e estudante de Psicologia), Beatris Pizzoni de Freitas (professora de Língua Portuguesa e Literatura e mestranda em Educação), Eloisa da Rosa Oliveira (doutora em Literatura) e eu, dar vida a um projeto do Programa de Extensão Território Paulo Freire da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), na cidade de Criciúma, sul de Santa Catarina, o qual nasceu com a proposta de desenvolver projetos de extensão universitária a partir da perspectiva freiriana. Desenvolvemos o projeto com duas populações de “outros”: idosos institucionalizados e usuários do CAPSad.

Não é preciso ler para participar da biblioterapia. Ela pode ocorrer com uma pessoa lendo para todos fragmentos de livros, poesias, letras de música acompanhadas pela própria música. Ela pode vir acompanhada por algum trabalho manual. Como Camila sempre diz a cada vivência de biblioterapia: “não tem regras”. A única regra é não interromper o outro. É um momento de fugir das regras e de vivenciar a alteridade e o compartilhamento, a experiência humana de apenas sermos humanos porque estamos com outros humanos. Experienciar que, apesar de a minha dor ser minha, ela pode ser comunicada ao outro, que também vivencia as suas, e que, afinal, todas elas são compreensíveis neste nosso mesmo mundo vivenciado.

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

A humanização, o acolhimento e o diálogo podem ser fomentados e promovidos por meio dos livros e permitir o desenvolvimento humano em todas as camadas sociais, possibilitando o pertencimento, o sentir-se sujeito da história.

Em todos os lugares, o cuidado ao levar a biblioterapia é o mesmo. Não há pessoas ou situações mais difíceis. Todos merecem igual atenção: por meio da escolha de acervo de forma autêntica e amorosa, com escuta atenciosa, com espaço de fala e acolhimento de coração. O mediador da biblioterapia é quem permite o outro a se permitir, é quem proporciona tempo de fala, escuta e silêncio a todos os participantes (Freitas; Milaneze; Moreira, 2023, p. 137).

Como foi difícil a experiência com os idosos institucionalizados! Como é absurda (e difícil de dar algum sentido, na ótica existencialista) a velhice na modernidade. Ela é o descartável, o inútil, o prejudicial, a aberração, a culpa de se ter envelhecido e não mais ser, de ser apenas o outro, o que não deveria estar aí, o que não deveria ser. A velhice é em si a patologia da modernidade. A velhice institucionalizada é, ademais, vigiada, mecanizada (existir é apenas tratar do corpo biológico: alimentar, medicar, dar repouso – “Casa de Repouso” –, higienizar), reduzida a horários e aniquilado qualquer projeto de vida. A velhice, institucionalizada ou não, é também infantilizada e homogeneizada, pois, afinal, já sabemos que “o velho”, “o velhinho” adora conversar, adora bingo, adora dançar... e então os estagiários universitários vão nas instituições de longa permanência para proporcionar a eles o que eles tanto gostam, e ainda se sentem contrariados quando alguns “resistem” a participar. Naquele espaço, nossa biblioterapia se realizou em rodas de contação de histórias (roda, troca de saberes, circularidade das vozes de todos), mas principalmente a partir de músicas ao violão, escolhidas por eles e cantadas por alguns. Buscamos promover as memórias e, a partir delas o reconhecimento do outro, que talvez viveram vidas semelhantes, que se cruzaram em alguns lugares, em situações semelhantes... algo para tecer, para acolher naquela que deveria ser a sua casa, mas que não passa de um espaço de vigilância, um espaço que lhes diz que ali é um não lugar, um tempo à espera da morte. Consideramos ser a velhice outro “nó” para a educação popular.

Muito diferente foi nossa biblioterapia no CAPSad. A rotatividade de pessoas, o que dificultaria a formação de vínculos, porém, em alguma medida aquelas poesias, histórias infantis, músicas, varais literários, xilogravuras, desenhos, escritas de cartas e mensagens

conseguiam tocar e motivar a expressão; a troca, nem sempre tranquila, muitas vezes conflitiva, às vezes produtora de dissabores, mas tudo isso é expressão da vida. Podemos ilustrar com uma vivência a partir de um poema de Bráulio Bessa, pertencente à literatura inspirada em cordel, tomando emprestadas as palavras de Camila. Ouvimos o escritor declamar seu poema, por meio de um vídeo, e abrimos a roda de conversa com a provocação: “De qual parte deste poema você mais gostou?”. Os participantes foram relendo o texto e comentando o porquê de terem escolhido aquele trecho. Um participante se permitiu falar sobre a questão do tempo, relatada na poesia, e contou sobre o tempo que passava apressando-se para buscar as drogas, e as pessoas, então, expuseram seus próprios desafios. A seguir, foi proposta uma atividade artística: fazer seu próprio livreto. Com materiais adaptados, criaram-se imagens posteriormente carimbadas em folhas, com inspiração na xilogravura e no cordel. Nesse processo de criação, segundo expressão de Camila, a mão que estava há tempos sem desenhar, sem escrever, sem ter a liberdade de se expressar, foi posta à frente de seu espaço fértil, acolhedor e possível de conversar, contatando-se com novos caminhos.

Nos encontros no CAPSad, foram vivenciados momentos de reflexão do lugar da “bengala química” na vida, a não culpabilização (com seu difícil enfrentamento da culpa cristã), o enxergar possibilidades, nunca definitivas, sempre situadas nas condições atuais. A dependência química é outro “nó” da educação popular. Talvez não somente a química. Hoje já temos de pensar na dependência do trabalho, da tecnologia, da internet, da religião, as dependências que vão impossibilitando viver a vida como liberdade, que vão restringindo a possibilidade de ser mais, que vão oprimindo cada vez mais os já oprimidos da modernidade, talvez alguns na dupla situação de oprimidos e opressores.

Na escola pública, a experiência ocorreu no estágio em psicologia educacional de Taínara Rodrigues dos Santos, que convidou Camila para promover uma roda de biblioterapia na escola, na qual estagiava na “pior turma do colégio”, um primeiro ano do Ensino Médio. Tomando as palavras de Taínara em sua narrativa sobre o estágio, a atividade se iniciou com a leitura de um pequeno livro, “A Garrafa e a Rolha”, de Margarete Amaral, o qual fala do que nos sufoca. Terminada a leitura, foi proposto um momento de reflexão e as pessoas foram convidadas a exporem que palavras vinham à mente após essas leituras; alguns estudantes então falaram: *karma*, vingança, melancolia, aflição, desconforto e peso. Foram distribuídas

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

canetas, lápis e pedaços de papéis e solicitado para que escrevessem o que os sufoca hoje; depois eles enrolariam esse papel e colocariam dentro da garrafa, aliás, Camila enfatizou que esse era um espaço seguro e que suas escritas não seriam lidas depois de estarem na garrafa, mas sim queimadas. A seguir, alguns estudantes se sentiram confortáveis para se sentarem no chão e manusearem os livros trazidos por Camila. Assim que todos terminaram, foi sugerido que escolhessem uma música de forma coletiva, a qual foi tocada, cantada e dançada. Para finalizar, foi proposta uma dança circular a partir de uma música trazida por Camila, e depois foram convidados a falar sobre palavras que agora surgiam sobre a leitura feita, e eles compartilharam: feliz, normal, bem e confortável. A sessão de biblioterapia se finaliza com abraços e agradecimentos. Talvez possamos dizer, com sensação de pertencimento numa vida compartilhada, que permanece oferecendo suas contradições, mas agora tendo sido vivenciados momentos de compartilhamento, anunciando que não estamos sozinhos.

Findando o estágio, o qual também envolveu uma fala com os professores sobre o uso da tecnologia no contexto escolar, veio o convite para auxiliarmos em um projeto de algumas professoras sobre a problemática da medicalização. Projeto hoje coletivo, iniciado por uma iniciativa individual de uma disciplina, Práticas de Linguagem e Intervenção Sociocultural, da professora Marianela Marana Vieyto, que solicitou aos alunos de suas turmas que descartassem na escola as cartelas de remédios vazias, para que não fossem descartadas de forma imprópria no ambiente. Ela logo constatou o volume assombroso do descarte, e agora busca ampliar o projeto para toda a escola e com outros professores. Mas o olhar se ampliou do meio ambiente físico (absolutamente necessário), para o meio ambiente relacional, intersubjetivo: por que tomamos tantos remédios? O que queremos expressar que não conseguimos? Por que nos sentimos tão solitários? Questões do âmbito da escola, à qual uma pesquisa ampliada pretende fornecer elementos de compreensão e atuação, quem sabe possa ser aplicada em toda a rede estadual de ensino.

É bonito de se pensar – e de se viver – em uma sala de aula que, mesmo com todas as questões de urgência pós os anos 2000, que, por vezes, ultrapassam a escrita de Freire, continua a ser um espaço de diálogo e construção contínua de saberes fundamentais para a validação do ser-mais (Freitas; Milaneze; Moreira, 2023, p. 137).

Concordamos com colegas que falaram nesses Converstórios que problematizar a escola e todas as suas possibilidades é um dos “nós” da educação popular.

Palavras Finalizadoras

Os nós da educação popular representam múltiplas estratégias de resistência frente ao processo civilizatório e colonizador. A violência cometida pelo colonialismo não se dá apenas pelo processo explosivo do assujeitamento dos corpos, mas também pela dimensão efetiva da produção de sujeitos e subjetividades colonizadas. Dessa forma, há de se destacar propostas como a da educação popular, como o próprio existencialismo, que nos ensinam a produzir uma práxis responsável por desmascarar as relações de sujeição empreendidas pelo mundo colonial.

Trouxemos para este texto a reflexão sobre quatro “nós” da educação popular, lembrando do duplo significado destes “nós”: nós a desatar e nós atados na coletividade. Trouxemos os “nós” da medicalização/patologização da existência, da velhice, da dependência química (que pode ser generalizada para tantas outras dependências da vida moderna), da escola e suas infinitas possibilidades. “Nós” encontrados em experiências concretas de ações universitárias, e que problematizamos a partir da educação popular e da psicologia existencialista, na busca por ampliar o leque de perspectivas teóricas que façam frente à colonialidade.

O fundamento das ações destacadas neste texto indica as condições de possibilidades voltadas para as estratégias capilares de atuação. Trazemos então à discussão a abertura para pensarmos a aproximação teórica da psicologia existencialista com a educação popular, passando pela prática da biblioterapia. Nosso intento é abrir possibilidades de diálogo entre teorias e ações que projetam ir transformando o mundo rumo ao engajamento/compromisso com experiências decolonizadoras, onde não seja possível mais a opressão, ou o bloqueio da condição ontológica de ser mais, de ser liberdade, da negação da alteridade.

Referências

DUSSEL, Enrique. 14 **Tesis de ética**: hacia la esencia del pensamiento crítico. Madrid: Trotta, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNÁNDEZ, Marta. Aimé Césaire: as exclusões e violências da modernidade colonial denunciadas em versos. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 35-56.

Os “Nós” da Educação Popular: considerações a partir da psicologia existencialista e da decolonialidade

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Beatris P. de; MILANEZE, Camila C.; MOREIRA, Janine. À procura de um caminho libertador: o ensino de literatura e a prática da biblioterapia a partir do pensamento freiriano. In: TAVARES, Maria Tereza G.; VASCONCELOS, Valéria O. de (orgs). **O pensamento de Paulo Freire em ação**: diálogos freirianos em tempos de (pós) pandemia. Rio de Janeiro: NAU, 2023. p. 130-141. Disponível em: <https://bit.ly/4bBfVgw>. Acesso em: 27 fev. 2024.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MELO NETO, José Francisco. O que é popular? In: REUNIÃO DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. **Anais...** São Paulo: ANPEd, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/4akp63U>. Acesso em: 9 maio 2024.

MOREIRA, Janine; ROSA, Marisa S. Thiago. Jean-Paul Sartre e Paulo Freire: aproximações entre a liberdade existencialista e a educação libertadora. **Contrapontos**, v. 14, n. 3, p. 407-424, set./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3UFRSuF>. Acesso em: 9 maio 2024.

PAULO, Fernanda dos Santos. Educação popular freiriana como paradigma da educação do campo e da educação ambiental. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 26, n. e4, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3K03cYO>. Acesso em: 29 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.) **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-246. Disponível em: <https://bit.ly/3K5axpX>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SANTOS, Gustavo Alvarenga Oliveira. Psicologia fenomenológico-existencial e pensamento decolonial: um diálogo necessário. **Revista do NUFEN Phenomenology and Interdisciplinarity**, Belém, v. 9, n. 3, p. 93-109, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3wn7uqh>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987a. (Coleção Os Pensadores).

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987b.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 3-21.

SCHNEIDER, Daniela R. **Sartre e a psicologia clínica**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SEIXAS, Cristiana. **Vivências em biblioterapia: práticas do cuidado através da literatura**. Niterói, RJ: Edição do Autor, 2014.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 224 p.

Nota

¹ Este texto é originado de uma das falas do Projeto de Extensão “Nós” da Educação Popular”, um webinar realizado pelo coletivo do GT 06, de Educação Popular, da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) em 2023.

Sobre os autores

Janine Moreira

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Sociologia Política pela UFSC, Doutora em Educação pela Universidad de Córdoba/Espanha, Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidad de Múrcia/Espanha. Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), de Criciúma/SC. Líder do Grupo de Pesquisa Descolonização, Educação e Processos Subjetivos. Participa do GT de Educação Popular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). E-mail: jmo@unesc.net. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8421-277X>.

Carlos Renato Carola

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Graduado em Pedagogia pela Unesc; Especialização em História pela Unesc; Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP); e Pós-Doutorado pela Facultat de Magisteri de Universitat València (Espanha, 2016). Líder do Grupo de Pesquisa em História Ambiental e Educação (GEPHAE). E-mail: crc@unesc.net. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0073-9588>.

Rodrigo Díaz de Vivar y Soler

Graduado em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Regional de Blumenau (FURB), do PPGEICIM e do PPGE da FURB. E-mail: rsoler@furb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7286-3129>.

Recebido em: 13/05/2024

Aceito para publicação em: 09/07/2024